

Fleury contesta cobrança de dívida

Daniel Augusto Júnior

SÃO PAULO — O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, reagiu ontem à ameaça do Ministério da Fazenda de adotar medidas punitivas contra os estados inadimplentes com a União. Mostrando irritação, Fleury disse que as dívidas contratuais com o Governo federal de São Paulo — estado que é apontado como o que mais se beneficiou no passado com rolagem de dívida e aprovação de operações polêmicas do Banespa — não passam hoje de US\$ 6,2 bilhões; mas como o governador alega que a União deve ao Governo estadual US\$ 5,1 bilhões, o montante da dívida cairia para US\$ 1,1 bilhão. Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, São Paulo tem um débito total de US\$ 13,6 bilhões.

— Não aceito dizerem que São Paulo é mau pagador. Nossa dívida é de 3% do PIB do estado. Essa é a grande dívida de São Paulo. Quero o acerto de contas. Se isso não for feito, o plano passa a ser de meia-verdade — ironizou Fleury, fazendo referência ao nome de “Plano Verdade” usada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.

Fleury, contudo, elogiou o plano, garantindo seu apoio e o de sua bancada à aprovação das medidas no Congresso, embora ressaltando que só o corte de gastos e as demais propostas anunciadas não serão suficientes para conter a inflação.

— O caminho está correto. Agora precisamos de medidas efetivas para combater a inflação, porque o plano só resolve parte dos problemas — afirmou, evitando dar detalhes sobre outras medidas que poderiam ser adotadas posteriormente.



O governador em entrevista no Palácio dos Bandeirantes: ‘Não aceito dizerem que São Paulo é mau pagador’

Para chegar aos números sobre a dívida de São Paulo, o governador não incluiu em seus cálculos a dívida mobiliária, de US\$ 5,4 bilhões, por ser esse um débito junto ao mercado. Pelos cálculos de Fleury, essa dívida é de US\$ 5,1 bilhões, sendo US\$ 4,5 bilhões referentes às Contas de Resultados a Compensar (CRC), incluído aí o setor elétrico, e US\$ 400 milhões em ICMS. Com relação a este último, Fleury queixou-se também do atraso tarifário no setor elétrico, que, de outubro de 1992 a janeiro deste ano teve um aumento de 16%.

— O reajuste de tarifa não co-

bre as despesas. Queremos uma garantia de tarifa — reclamou.

O governador disse ainda que para o plano de Fernando Henrique ser justo é necessário que também a União seja punida quando deixar de repassar recursos aos estados e municípios. Ele citou como exemplo o fato de São Paulo ter recebido as verbas para saúde com cortes de 58% e atraso de dois meses sem correção, além de um atraso de até 60 dias no repasse das verbas do salário-educação.

— O que quero é o fim do jogo do faz-de-conta — resumiu.

Fleury contestou também a informação de Fernando Henrique de que a arrecadação aumentou.

— Só se foi em outro país — ironizou.

Segundo o governador, São Paulo arrecadou US\$ 10,8 bilhões em ICMS em 1991 e US\$ 9,4 bilhões ano passado. Pelos seus dados, o que aumentou foi a arrecadação de tributos federais, de 46% para 50%. Desse total, São Paulo recebeu de volta 2,8% em 91 e 2% em 92. Apesar de tantas queixas, Fleury disse que vai orientar a bancada a votar a favor do plano.